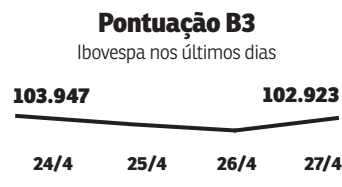
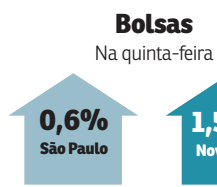




6 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 28 de abril de 2023



Salário mínimo
R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na quinta-feira
R\$ 5,492

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
13,64%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71

TRABALHO

Govt anuncia hoje novos concursos

Funai e Incra estão entre os órgãos que abrirão certames neste ano, mas oferta de vagas deve ser menor que a esperada

» ROSANA HESSEL

Valter Campanato/Ag.ncia Brasil



Ministra da Gestão, Esther Dweck, vai detalhar a medida durante a cerimônia de sanção da lei que aumenta salários dos servidores

O governo pretende anunciar na manhã de hoje um pacote de concursos públicos a serem realizados neste ano. Apesar de haver demanda por cerca de 8 mil vagas de vários órgãos do Executivo, a expectativa é que o número de contratações autorizadas seja menor, de acordo com uma fonte da Esplanada. Entre os órgãos que serão contemplados destacam-se a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O anúncio dos novos concursos será feito pela ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, durante a cerimônia de sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do projeto de lei que concede reajuste salarial de 9% aos servidores do Executivo federal. O evento está previsto para as 11h30, no Palácio do Planalto. Antes, Lula e Dweck irão ao acampamento dos povos indígenas Terra Livre, na Esplanada dos Ministérios.

O aumento de 9% para os servidores será linear, conforme o acordo firmado entre o governo e as entidades sindicais, em março.

O novo salário passará a valer na folha de maio e o pagamento ocorrerá a partir de junho. Serão contemplados 1.207.877 trabalhadores ativos, inativos e pensionistas, com base nos dados do Painel Estatístico de Pessoal relativos a março. Esse número é 20.493 menor do que o do mesmo mês de 2022, de 1.229.370 pessoas. O impacto no Orçamento deste ano será de R\$ 11,6 bilhões.

Esse é o primeiro acordo para reajuste de servidores públicos desde 2016. A Mesa Permanente de Negociação entre servidores e governo federal foi reaberta em fevereiro deste ano, com a participação de cerca de 100 entidades representativas dos servidores públicos. O projeto de lei concedendo o reajuste foi aprovado pelo Congresso, na quarta-feira, em votação simbólica. A

proposta do governo aceita pelos sindicatos também contempla um aumento de 43,6% no auxílio-alimentação, que passará de R\$ 458,00 para R\$ 658,00. O reajuste começa a valer na folha de abril, com pagamentos a partir de 1º de maio.

Desde a sua criação pelo novo governo, o Ministério da Gestão autorizou dois concursos neste ano. O primeiro,

em março, será destinado ao preenchimento de 30 vagas para o cargo de terceiro-secretário da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que exige nível superior completo. O último edital de concurso para diplomata foi publicado em 2022 com a oferta de 34 vagas, de acordo com a pasta. O segundo certame foi autorizado

em abril, para preencher 814 vagas de nível superior nas funções de analista, tecnólogo e pesquisador do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI).

Em fevereiro, o MGI também autorizou a nomeação de 40 candidatos aprovados no concurso público para especialistas em recursos minerais da Agência Nacional de Mineração.

Mínimo terá aumento real

O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou, ontem, que o governo, após reunião com centrais sindicais, definiu a nova política de valorização do salário mínimo. Pela regra, o piso salarial voltará a ser corrigido anualmente pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. A proposta do governo será enviada ao Congresso por meio de projeto de lei.

Por essa fórmula, em 2024, por exemplo, o reajuste do salário mínimo levaria em conta a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do PIB de 2022. Segundo Luiz Marinho, a medida segue a mesma política criada no governo Dilma Rousseff.

O ministro justificou a adoção do PIB consolidado de dois anos atrás como uma forma de garantir que o governo adote como parâmetro o valor revisado do crescimento econômico. Ao ser questionado se a aprovação do novo arcabouço fiscal no Congresso afetaria a proposta, o ministro disse que a política de valorização do mínimo será uma “medida permanente”.

“É uma política permanente. Portanto, depende de lei específica do salário mínimo. Se a lei for aprovada, é o que vai valer”, disse. “Pressupomos que o arcabouço seja aprovado, que o Congresso vai aprovar (o texto) da forma como foi enviado. Seguramente, isso caberá também nas regras do arcabouço”, completou.

Na visão do Marinho, a política de aumento real do salário mínimo estabelecida nas gestões anteriores do PT teve impacto positivo na distribuição de renda. Assim, ele afirmou que a vinculação ao crescimento do PIB é positiva “na medida em que acreditamos que o PIB crescerá de forma contínua a partir das políticas que estamos implementando”.

O governo agora vai colher pareceres de outros ministérios para encaminhar a proposta ao Congresso. Ainda não foi definido quando o texto será apresentado.

A regra foi negociada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marinho e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com representantes de centrais sindicais. Também foi acertado que o governo editará medida provisória para elevar o mínimo dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320, como Lula havia prometido na campanha eleitoral. De acordo com o ministro, Lula irá assinar a MP “a qualquer momento daqui até antes do dia 1.º (de maio)”.

Participaram da negociação representantes de seis centrais: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical; União Geral dos Trabalhadores (UGT); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

CNM contesta lei da enfermagem

» RAPHAEL PATI*

Com aprovação do projeto de lei (PLN 5/2002), na última quarta-feira, pelo Senado, a expectativa é de que o Supremo Tribunal Federal (STF) revogue a suspensão da aplicação do piso nacional da enfermagem. O projeto, que seguiu para a sanção presidencial, indica a fonte de custeio do piso. O assunto, porém, ainda não está totalmente resolvido.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) emitiu nota, na última quarta-feira, posicionando-se contra o projeto, por entender que o valor definido no texto, de R\$ 7,3 bilhões, proveniente do superávit financeiro apurado em 2022 pelo Fundo Social, é insuficiente para que os governos estaduais e, sobretudo, as prefeituras, cumpram a regra do piso. Segundo a CNM, que é parte da ação judicial que levou o STF a suspender a aplicação do piso, o impacto da remuneração mínima da categoria nos cofres municipais chega a R\$ 10,5 bilhões por ano apenas no primeiro ano de aplicação da medida.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, argumenta que os municípios são responsáveis pela maior parte das ocupações de

enfermagem, com um total de 570 mil empregados, ou 40% das ocupações indiretas e diretas do país. “Soma-se a isso o fato de que os municípios, em geral possuem, remunerações mais baixas do que os estados e DF, necessitando de mais recursos para cumprir o piso”, sustentou.

O Piso Nacional da Enfermagem, definido pela Lei nº 14.434, foi sancionado pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em agosto do ano passado, e instituiu remuneração de mínima de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos em enfermagem, e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras. No entanto, o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, suspendeu a aplicação da lei no mês seguinte, até que fosse definida uma fonte de custeio para cumprir o piso.

Desde o início dos debates sobre a instituição do piso salarial para profissionais da enfermagem, a CNM defendeu uma especificação na lei que determinasse a origem das verbas para pagar os salários dos profissionais. A confederação entende que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/2022 seria o caminho ideal para isso, por adicionar 1,5% ao Fundo

MARCHA 2023 CICB BRASILIA/DF



Segundo Paulo Ziulkoski, recursos ainda são insuficientes

de Participação dos Municípios (FPM), como sustenta a economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni.

“Essa seria uma medida permanente e ia aportar recursos financeiros para você aplicar de forma adicional para poder cumprir o piso. Então essa é uma solicitação legítima, ou a União vai ter que fazer o custeio permanente deste piso. Então é, realmente, uma situação delicada, mas que precisa ser definida”, explicou.

Caso a aplicação do piso da enfermagem seja retomada, prefeitos e gestores locais terão o desafio de ajustar as contas públicas, que já estão críticas em decorrência da herança orçamentária deixada pelo período da pandemia, como explica a consultora de Estados e Municípios da BMJ Consultores Associados, Larissa Lima, que lembra que estados como Pernambuco, Alagoas e Pará apresentam dificuldades no pagamento de servidores

públicos de saúde.

“Diversos estados, em especial do Nordeste e do Norte, enfrentam filas por consultas e cirurgias especializadas. Muito desse quadro foi agravado pelo adiamento de procedimentos para focar os esforços dos serviços públicos de saúde no combate à pandemia e suporte às vítimas da Covid-19”, comenta a especialista.

*Estagiário sob a supervisão de Odaíl Figueiredo